

Restrições na rede pública

O secretário da Saúde do DF, Jofran Frejat, ameaça restringir o atendimento de pessoas de outros estados a partir do próximo mês. Segundo ele, todos os anos, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF) é obrigada a desembolsar boa parte de sua receita para atender pacientes que não moram aqui. Além disso, não tem havido contrapartida. "Os poucos pacientes que o DF envia a outros estados não estão sendo aceitos, sem explicações", reclama.

De acordo com o secretário, o Distrito Federal está sendo obrigado a arcar com os custos do atendimento de pacientes de fora. Isso porque o Sistema Único de Saúde (SUS) faz o repasse de recursos com base na população local. A secretaria de Saúde estima que cerca de 40% dos atendimentos na rede pública do DF são de outros estados. "Essa situação é insustentável", afirma.

vel", afirma.

Para se ter idéia do prejuízo causado, o secretário disse que só no tratamento de doentes renais crônicos a FHDF deve gastar este ano aproximadamente R\$ 12,3 milhões e o repasse do Ministério da Saúde será de apenas R\$ 7,7 milhões. O fato é que dos 814 pacientes que estavam fazendo hemodiálise até junho, 113 são comprovadamente de outras localidades. Frejat informou que esse número deve ser ainda mais elevado porque muitos pacientes ocultam o fato de morar em outros estados.

Levantamentos do Núcleo de Controle de Programas de Saúde (NCPS) revelam que cada paciente renal crônico tem o custo mensal de R\$ 1.984, incluindo exames, medicamentos e hemodiálise. O secretário está preocupado porque a demanda para esse tipo de tratamento está cres-

cendo cerca de 15% ao ano, enquanto a média mundial é menos da metade, ficando na casa dos 7%.

No caso dos medicamentos para doenças graves como Aids, esclerose múltipla, câncer e as próprias renais crônicas, a situação é ainda pior. O SUS tem repassado R\$ 3,521 milhões por ano, enquanto a FHDF está gastando cerca de R\$ 12,7 milhões.

Para contornar a situação, o secretário acredita que uma das poucas alternativas no momento será limitar o atendimento da população dos outros estados. Para que as pessoas de fora do DF não sejam prejudicadas totalmente será providenciado somente o atendimento de emergência. "Depois desse procedimento, encaminharemos os mesmos aos seus estados de origem, já com o tratamento garantido numa cidade mais próxima", garante Kátia Sobral, chefe do

NCPS.

O secretário da Saúde ressalta que os gastos com os pacientes de fora poderiam ser revertidos na melhoria do atendimento aos moradores de Brasília, com a aquisição de equipamentos e capacitação de profissionais.

"Estamos agendando uma audiência com técnicos do Ministério da Saúde para encontrar uma solução", comenta Frejat. Segundo o secretário, uma das medidas possíveis seria alterar o critério utilizado para o repasse das verbas. "O certo seria receber pelo número de atendimentos e não com base no número da população. O critério adotado atualmente está ultrapassado e prejudica grandes centros como Brasília, onde o fluxo migratório é muito grande", avalia.

RICARDO CINTRA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA